

CLIPPING NOTÍCIAS

ANO 1, n. 1, jun./2008.

PROFESSORES FRACASSAM EM CONCURSOS

100%
LÁ

X

48%
AQUI

É essa a desvantagem do Brasil em relação aos países da OCDE num ponto crucial: o número de professores especializados em suas áreas. Concursos recentes expõem o problema

Camila Pereira

Poucos fatores influenciam tanto o desempenho de um aluno em sala de aula quanto o nível de seu professor. Por essa razão, é especialmente preocupante o que mostra um levantamento recente feito com base no desempenho de 260 000 professores em concursos públicos de quatro das maiores redes de ensino do país – Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo: 73% deles foram reprovados em testes básicos das áreas em que pretendiam lecionar, entre elas matemática, português e física. Quase todos já dão aula em escolas públicas ou particulares. Boa parte dos 27% restantes, esses aprovados, passou raspando. O resultado não é exatamente uma surpresa. Há pelo menos três décadas o padrão dos candidatos vem caindo e não é raro que nem todas as vagas sejam preenchidas no fim de um concurso desse tipo, como acontece mais uma vez agora. O que chama atenção no caso atual é o número recorde de notas vermelhas. O pior exemplo vem de Pernambuco. No exame para recrutar professores de matemática, apenas 0,8% dos candidatos conseguiu responder a questões elementares de geometria e álgebra – 34 dos 4 352 candidatos que se inscreveram. Essa e as demais provas foram submetidas por VEJA a especialistas, que chegaram a uma conclusão nada otimista. Resume o professor de matemática João Meyer, da Universidade Estadual de Campinas: "Quem não passa numa prova dessas não sabe o mínimo necessário para entrar na sala de aula". Mas a maioria entra.

Os melhores não entram	Professores sem ensino superior completo	Origem	Salário inicial (em dólares por ano)
No Brasil, os estudantes mais talentosos fogem da carreira de professor por ser pouco atraente – ao contrário do que ocorre nos países ricos da OCDE. A comparação:	Brasil 22%	75% vêm das escolas públicas	12 000
	OCDE Zero – alguns países exigem até pós-graduação	Todos pertencem ao grupo dos 10% melhores da turma	26 000

Fontes: Inep/MEC, McKinsey e OCDE

O desastre revelado pelo novo levantamento é reflexo de dois problemas já antigos no Brasil. O primeiro diz respeito à qualidade dos cursos superiores de formação de professores, dos quais apenas 1% atinge a nota máxima na avaliação oficial. Salvo raras exceções, eles despejam nas escolas gente sem o domínio básico das matérias que vai lecionar. Outra questão, igualmente preocupante, se deve ao fato de a carreira de professor não conseguir mais atrair os bons alunos. Uma pesquisa conduzida pela consultoria McKinsey deu os números. Ela mostra que em países de mau ensino os aspirantes a professor pertenciam, na escola, ao grupo dos 30% com as piores notas – um contraste em relação aos países que aparecem no topo dos rankings, onde os 10% melhores estudantes escolhem lecionar.

O típico brasileiro que opta por ser professor de escola se enquadra justamente no primeiro caso, conforme reforçam dados de uma pesquisa da Unesco. Ele vem de família em que os pais não chegaram ao fim do ensino fundamental, estudou em colégio público e procura, antes de tudo, um vestibular mais fácil e um curso mais barato. Também está motivado pela possibilidade de uma carreira estável no setor público. Há ainda um segundo tipo, que entra numa faculdade de matemática ou física sonhando tornar-se cientista, mas, na ausência de uma perspectiva concreta, termina na licenciatura. É gente como a pernambucana Alessandra Primo, de 28 anos. Professora de química do estado, ela foi reprovada no mês passado ao tentar um novo concurso: "Meu sonho era ser engenheira química, e não professora". Está longe de ser a única. "No Brasil, muitas pessoas acabam na carreira de professor por falta de opção melhor", diz a especialista Maria Inês Fini.

Não surpreende o fato de o número de professores especializados nas áreas em que lecionam estar muito aquém do necessário. Segundo o Ministério da Educação, apenas 48% dos professores brasileiros têm formação específica para a disciplina que ensinam. Na física, o número é pior ainda: só 11% se especializaram antes de entrar na sala de aula. A situação brasileira soa absurda nos países em que a educação traz bons resultados – e a carreira de professor figura entre as de maior prestígio, caso da Coreia do Sul e da Finlândia. Para atraírem os melhores, esses países não apenas estabeleceram um bom piso salarial como, sobretudo, conseguiram criar um ambiente em que os professores têm o talento reconhecido e estimulado. Lá, os piores ficam de fora da sala de aula – e precisam enfrentar uma acirrada concorrência caso queiram mesmo lecionar. Eles sabem que conseguir uma vaga lhes custa esforço. No Brasil, ao contrário, mesmo aqueles que tiram notas baixas têm espaço na escola. O matemático Emerson Nunes, de 31 anos, é um deles e resume o pensamento geral: "Diante do que o estado oferece ao professor, somos cobrados demais nos concursos. Eu me sinto perfeitamente apto a ensinar". Nunes tirou 2 (numa escala de zero a 10) no último concurso para professores de matemática em São Paulo. Ele dá aula hoje em cinco escolas estaduais, em regime de contrato temporário. Não é um cenário exatamente favorável para que os estudantes brasileiros melhorem – e o ensino no país avance.

FALTA DE UNIDADE

Presidente da comissão de avaliação dos cursos de pedagogia e normal superior afirma que a ausência de um sistema nacional de educação dificulta a formação de professores

Depois dos cursos de Medicina e de Direito, chegou a vez da área de Educação passar pelo crivo dos supervisores do Ministério da Educação. Sessenta cursos cujos alunos tiveram nota inferior a 3 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) passam por um processo de supervisão liderado por Márcia Ângela da Silva Aguiar, presidente da comissão de especialistas de avaliação dos cursos de pedagogia e normal superior do Ministério.

Em entrevista à revista Ensino Superior, Márcia Ângela revela que alguns cursos podem ser fechados caso não coloquem em prática medidas para melhorar a qualidade.

Doutora em educação pela Universidade de São Paulo, professora titular da Universidade Federal de Pernambuco, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Educação, ela também preside a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Márcia Ângela defende que todos os cursos de pedagogia e normais superiores passem por uma avaliação profunda. Para ela, a saída para melhorar a qualidade é aprimorar a sintonia entre os cursos de formação de professores e as diretrizes curriculares em vigor.

Ensino Superior - *Como a senhora vê a situação atual dos cursos de formação de professores, em especial as licenciaturas?*

De vez em quando a questão da formação de professores entra na agenda, mas, muitas vezes, não se consolidam políticas públicas que levem em consideração diversos aspectos que estariam implícitos na formação. Discutir a formação de professores somente no que diz respeito à formação inicial ou à formação continuada não abrange todos os fatores que interferem no próprio contexto da formação. Ou seja, não dá para discutir a formação de professores separada das condições de trabalho e das condições salariais. No meu entendimento, discutir a formação só tem sentido se isso for feito considerando os fatores que a própria experiência docente vai revelando.

Ensino Superior - *Partindo dessa posição, o que seria necessário para estabelecer tais políticas, no Brasil, além do previsto em instrumentos legais como a LDB e no próprio Plano Nacional de Educação?*

Não tivemos ainda a chance de ter um sistema nacional de educação, considerando as várias esferas e níveis da educação. Por isso, temos dificuldade para estabelecer um efetivo regime de colaboração entre os entes federados. O que existe atualmente são ações isoladas e fragmentadas em todos os campos, o que também se verifica no campo da formação. Nesta perspectiva, a ausência de um sistema nacional de educação tem implicações: dificulta a instituição de um sistema nacional de formação de professores.

Ensino Superior - *A senhora diria que com as atuais ações e políticas que o Ministério da Educação vem implementando no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação estamos caminhando para um sistema nacional de formação de professores?*

Eu diria que esse é o primeiro passo. Percebemos, contudo, que no âmbito do próprio Ministério da Educação ainda não existe um vínculo mais orgânico que articule amplamente as ações dirigidas à formação de professor. O Ministério sinaliza que está preocupado com essa articulação das ações, mas, efetivamente, isso ainda não se concretizou e o processo é lento.

Ensino Superior - *Existe uma crítica com relação às ações propostas pelo governo federal com respeito à falta de envolvimento das universidades no campo da formação de professores. A senhora concorda com isso?*

Eu tenho uma visão diferente. Entendo que no governo Fernando Henrique Cardoso houve uma grande expansão do ensino superior privado e um investimento bem menor em relação à

universidade pública. Essa política está sofrendo uma inflexão com o atual governo, que está preocupado com a expansão da universidade pública. Entendo que essa é uma política muito importante porque será possível ampliar o debate e incorporar novas questões relevantes da educação nacional. Neste sentido, aumenta a possibilidade de aprofundar a vinculação com a educação básica e não ficar somente restrita às questões pontuais. Existe no horizonte, considerando as políticas atuais do MEC, uma possibilidade de criação do sistema nacional de formação de professores com uma articulação entre a formação inicial e continuada, plano de carreira e salário dos professores. É necessário que tal sistema seja viabilizado porque se continuarmos com esse patamar baixo, em termos de plano de carreira e de condições de trabalho e salariais, a juventude não vai se interessar por cursos que são pouco valorizados, apesar da sua importância inconteste.

Ensino Superior - *Como a senhora vislumbra o papel das instituições de ensino superior privadas nesse contexto, já que elas detêm a maioria das vagas e das matrículas?*

Se falarmos das instituições privadas como se elas fossem homogêneas, incorreremos numa visão ingênua. O setor privado revela situações diferenciadas. Há instituições que têm uma envergadura acadêmica importante, que atendem aos requisitos de ter um projeto pedagógico, um quadro de professores qualificados, com uma boa infra-estrutura, o que é importante, mas, em contrapartida, também há algumas que não atendem a esses requisitos. Isso aparece em todas as áreas. E cabe ao poder público regular, afinal a preocupação é a de que gerações de brasileiros tenham garantia de educação de qualidade.

Em 1999, o MEC convocou comissões de todas as áreas de cursos de graduação para formularem propostas de diretrizes curriculares nacionais. Contudo, não ocorreu uma situação que permitisse um acompanhamento efetivo dessas instituições, no caso do curso de pedagogia. Há uma expansão também no campo da oferta de pedagogia, do Instituto Superior de Educação e do curso normal superior. Inclusive, esse curso contraria a posição majoritária na área que considera importante que essa formação ocorra nos cursos de pedagogia e licenciaturas. O fato de não ter um acompanhamento é muito sério, e quando são utilizados alguns instrumentos de avaliação que trouxeram os resultados que apareceram, fica evidenciado que existe um conjunto de instituições que apresentam aspectos que precisam ser melhorados. É com essa visão que o Ministério constituiu a atual Comissão de Pedagogia e fez as escolhas dos integrantes do grupo.

Ensino Superior - *Como estão os trabalhos da Comissão?*

Participamos de uma primeira reunião, na Secretaria de Ensino Superior, para análise dos processos dos cursos de pedagogia e do normal superior. A Comissão entende ser necessário que o MEC dê as condições para que se processem as reuniões da Comissão com o objetivo de, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia, construir referenciais mais adequados ao acompanhamento e avaliação dos cursos. Considera, ainda, que os instrumentos de acompanhamento e avaliação, necessariamente, devem ser aperfeiçoados.

No primeiro momento analisamos os processos dos cursos, considerando as Diretrizes, verificamos as propostas que as instituições estavam apresentando para superarem as dificuldades diagnosticadas.

Diante disso, as instituições que apresentaram um plano indicando ações coerentes com as diretrizes curriculares nacionais assinariam um termo de compromisso com vistas à implementação dessas ações em determinado prazo. Para outras instituições, cujos diagnósticos e planos não estivessem suficientemente claros de modo a permitir uma opinião favorável ou desfavorável, seria recomendada a verificação *in loco*. Haveria, ainda, a possibilidade de solicitação de abertura de processo administrativo, em casos que, assim, o requeressem. Essa verificação será feita por assessores *ad hoc* do banco de avaliadores do MEC.

Ensino Superior - *Existe o risco de fechamento de cursos?*

Existe na medida em que não forem cumpridas as metas indicadas no plano da instituição. A preocupação central é que os cursos tenham um projeto político pedagógico, apresentem um quadro de profissionais que corresponda às responsabilidades que o curso exige, que os professores sejam qualificados em nível de mestrado e doutorado em um percentual adequado e plano de carreira. Também são levadas em conta as condições de biblioteca e laboratório.

Ensino Superior - *Ou seja, está sendo verificado se as instituições estão oferecendo aquilo a que elas se propuseram?*

Exatamente, esse é o foco da avaliação. Estamos verificando se as propostas correspondem às necessidades identificadas. Ou seja, o que será feito para elevar o padrão de escolaridade dos estudantes que estão ali presentes? O que será feito para que, de fato, a aprendizagem se realize? É necessário apresentar propostas concretas e há um prazo a ser cumprido.

Ensino Superior - *Qual é o prazo?*

Em geral, o prazo é de um ano para que sejam implementadas as propostas. As instituições vão assinar um termo de compromisso.

Ensino Superior - *Quantas instituições estão nessa situação?*

Analisamos os processos de 60 instituições e aproximadamente 30 encaminharam propostas coerentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

Ensino Superior - *A senhora diria que, a partir desse trabalho da Comissão, serão fixados novos parâmetros para o funcionamento dos cursos de formação de professores?*

Atualmente, 60 instituições estão sendo avaliadas, mas admitimos que não são somente estas que apresentam problemas. Nós entendemos que se trata de uma questão mais geral, decorrente, em parte, de uma política de diversificação e diferenciação de cursos e instituições, implantada na década de 1990, e, por isso, é preciso um processo de acompanhamento, supervisão e avaliação para todos os cursos, sejam eles públicos ou privados. Esta é a nossa proposta. É preciso existir um acompanhamento, sobretudo, devido à responsabilidade social do Poder Público.

O trabalho da Comissão não está à parte do que está ocorrendo na educação superior. Estamos vivendo uma mudança na política de formação de professores no ensino superior, há uma mudança do próprio lócus de definição, de formulação da política de formação de professores. Agora entrou um novo ator, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Isso é muito novo, porque não era assim que funcionava antes. Estamos vivendo uma mudança nesse campo e ninguém tem ainda uma avaliação desse momento no sentido de dizer que isso tudo é muito positivo. Na área, há expectativa no sentido de verificar o resultado dessas iniciativas.

CFOs PRECISAM SER MENOS MATEMÁTICOS E MAIS ESTRATÉGICOS

O maior grau de exigência regulatória e de governança corporativa, reflexo dos escândalos contábeis de 2001 nos Estados Unidos, levaram os Chief Financial Officers (CFOs) a ganhar mais poder. Hoje, eles são o segundo maior salário nas empresas brasileiras, estão muito próximos de se tornarem o braço direito dos presidentes e lideram a corrida ao posto de número um nas companhias.

Caminho que, no entanto, tem um longo percurso a ser percorrido antes de se tornar realidade. Falta ainda a esse profissional uma visão abrangente de negócios. É o que aponta a pesquisa "What's next for the CFO? Where ambition meets reality" (O que está a frente do CFO? Aonde a ambição encontra a realidade), feita pela firma de auditoria Ernst & Young, com 250 dos mais poderosos e influentes executivos de negócios do mundo.

Segundo o levantamento, 30% dos entrevistados reconhecem não enxergar nos CFOs um perfil ligado às estratégias de suas organizações. "Ser bom com os números não é mais o suficiente", ressalta Sérgio Citeroni, sócio da área de auditoria da Ernst & Young. Prova disso é que 88% dos executivos ouvidos destacaram este como um ponto-chave, embora as habilidades tradicionais da função de finanças sejam o pré-requisito mais importante para os CFOs.

Citeroni explica que o principal executivo de finanças está sendo requisitado em todas as direções, passando a exercer função de parceiro de negócios dos CEOs (Chief Executive Officers), ao mesmo tempo em que mantém seus papéis tradicionais relacionados ao desempenho financeiro e à gestão de riscos da empresa.

José Rogério Luiz, 43 anos, vice-presidente executivo e de finanças da Totvs - holding que atua no mercado de software de gestão empresarial -, é retrato dessa nova geração de CFOs. Mas ao contrário do que se imagina, ele não está só ao lado de Laércio Consentino, presidente do grupo. Rogério Luiz substitui o "todo poderoso" em situações que o tiram do comando no dia-a-dia da operação.

O vice-presidente entra em cena como elo de ligação entre a Totvs e o mercado, sobretudo junto aos acionistas e investidores. "Mantenho o Laércio informado sobre tudo o que acontece, fazendo com que ele não perca tempo com ações fora do seu escopo, isso permite que ele se concentre na condução dos negócios", explica. Tanto que em 2003, quando adquiriram uma empresa no México, a Sipros, o CEO nem precisou sair do Brasil para acompanhar o processo.

"Nos Estados Unidos, 40% da agenda dos presidentes é destinada a atender ao mercado. Algo surreal", afirma. Outro episódio que o executivo lembra é o da compra da Logocenter. Na época, Constantino só foi conhecer de perto a estrutura física da nova empresa adquirida no momento em que foi batido o martelo, afirma Rogério Luiz.

"O Laércio brinca que sou o 'ICEO', o 'Investor CEO', alguém que responde ao que o mercado e o acionista pedem, capaz de conhecer tão bem a estratégia da empresa quanto o presidente". Pode parecer exagero, mas não é. Quem conhece Rogério Luiz sabe que além do discurso alinhado ao do presidente, ambos conseguem ter a mesma visão em relação ao posicionamento da Totvs.

Extremamente valorizados no mercado, os CFOs foram tiveram as maiores remunerações entre os diretores em 2007. Receberam, em média, um salário de R\$ 1,2 milhões- incluindo remuneração fixa e variável-. "Sendo que os maiores ganhos referem-se ao bônus pago no ano", explica Cláudio Costa, consultor sênior do Hay Group.

Cenário que, na sua opinião, é resultado de três fatores: fortalecimento do mercado de capitais, aumento dos investimentos estrangeiros no país e a onda de IPOs. Tanto que a média de bônus dos CFOs cresceu 22% em relação a 2006, representando R\$ 475 mil. Enquanto esse índice não passou de 15% entre os diretores de outras áreas.

Outro termômetro de sua importância foi a contratação de CFOs pelas organizações. Denys Monteiro, sócio da Fesa Global Recruiters, empresa especializada no recrutamento de altos executivos, houve um aumento de 100% na busca de CFOs nos últimos 12 meses.

"Com o volume de IPOs e a profissionalização de empresas familiares, todo mundo foi atrás desse profissional que ficou mais caro e escasso no mercado", ressalta. Entretanto, eles ganham mais nas empresas brasileiras, diz, porque elas adotam um modelo de remuneração bastante agressivo para atrair profissionais das multinacionais.

Ou seja, não é à toa que os CFOs também começam a ser vistos como naturais sucessores dos CEOs. Exemplos não faltam. Rubens Batista Júnior foi recentemente promovido ao cargo de presidente do Makro no Brasil, após ocupar o cargo de diretor financeiro e de RI do grupo para a América do Sul. O atual presidente da AES Brasil, Britaldo Soares, até o ano passado exercia a função de vice-presidente de finanças e de RI. Enquanto Bernardo Hees, presidente da ALL, também passou pela diretoria financeira da empresa até chegar ao topo.

Para Walter Machado de Barros, presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef), Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças, a medida em que as empresas entram no mercado de capitais e fazem IPOs (sigla em inglês para oferta pública de ações), o diretor financeiro passa a acumular, em muitos casos, a função de RI, atuando de forma estratégica. "Eu os vejo desenvolvendo atividades generalistas, o que exige uma experiência financeira e corporativa", diz.

Ainda segundo a pesquisa da Ernst & Young, entre os fatores que mais contribuíram para as mudanças no papel dos CFOs destacam-se as obrigações regulatórias e de compliance (cumprimento das normas estabelecidas pelos órgãos reguladores), com 43% das respostas, as

expectativas crescentes da alta administração e do comitê de auditoria em relação às informações financeiras geradas, 38%, e o aumento das exigências referentes a governança corporativa, 35%.

Na opinião de 35% dos entrevistados, o CFO deveria dedicar seu tempo a trabalhar como parceiro estratégico de negócios do CEO. No entanto, apenas 26% acreditam que os CFOs cumpram essa função. "Diante dessas demandas, os CFOs se vêem em uma verdadeira encruzilhada, onde podem escolher entre limitar-se à contabilidade técnica ou focar em funções mais estratégicas", afirma o Citeroni.

"Se eles querem se concentrar em seus papéis estratégicos, precisam se organizar no desempenho de suas funções tradicionais e focar na integração de informações financeiras e não-financeiras, além de formar times de talentos para dividir a carga de trabalho".

REFERÊNCIA:

AVANCINI, Marta. Falta de unidade. **Revista Ensino Superior**, São Paulo, ano 10, n. 116, p.12-14, 2008.

GIARDINO, Andréa. CFOs precisam ser menos matemáticos e mais estratégicos. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 maio 2008. Eu & Carreira, D10.

PEREIRA, Camila. Professores fracassam em concurso. **Veja**, São Paulo, Ed. 2063, ano 41, n. 22, p.168-170, 2008.